



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE MATERIAL > DMAT/COAD/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0005000/2016-DMAT/COAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.002518/2014-47

TERMO DE REFERÊNCIA
(PROCESSO 08200.002518/2014-47)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de fornecimento e instalação, placas fotoluminescentes para sinalização do Edifício-Sede da Polícia Federal e de suas descentralizadas. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico do tipo menor valor por grupo.

1.2. O quantitativo solicitado visa atender às normas relacionadas aos preventivos de incêndio, mais especificamente quanto às sinalizações de emergência (saída e rota de fuga) e também quanto aos extintores de incêndio (localização e quantidade).

1.3. Embora o critério de julgamento se dê pelo menor valor do grupo, os valores individuais de cada item deverão respeitar o valor máximo unitário conforme tabela abaixo:

Grupo	Itens	Especificação	Código CATSERV	Quantidade	Valor Unitário máximo
	1	Confecção e instalação de Placa de sinalização de subida em acrílico cristal espessura mínima de 2 mm, com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	22519	04	R\$ 75,27
	2	Confecção e instalação de Placa de sinalização de descida, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm, com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	22519	04	R\$ 75,27
		Confecção e instalação de Placas de saída de			

1	3	emergência, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm, com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	22519	105	R\$ 96,10
	4	Confecção e instalação de Placas de rota de fuga sentido direito, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm, com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	22519	83	R\$ 66,10
	5	Confecção e instalação de Placas de rota de fuga sentido esquerdo, em acrílico cristal espessura mínima de 2 mm com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	22519	83	R\$ 66,10
	6	Confecção e instalação de Placas de sinalização de extintores, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	22519	221	R\$ 66,50
	7	Confecção e instalação de Extintores de incêndio tipo ABC, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	22519	150	R\$ 83,33
	8	Confecção e instalação de Placa Hidrante, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	22519	40	R\$ 66,50

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de demanda que visa atender a identificação de extintores e saídas em situações de emergência para que haja maior grau de segurança nas instalações do edifício Sede da Polícia Federal e de suas descentralizadas no âmbito do Distrito Federal.

2.2. Há necessidade de adequação dos edifícios da Polícia Federal para garantir a mobilidade de emergência. A sinalização visual é importante para a localização pertinente dos

ambientes internos. Atualmente o edifício está com a sinalização incompleta e desatualizada, necessitando da regularização da situação o mais breve possível.

2.3. Outrossim, é imperioso o atendimento aos normativos que determinam a existência de sinalização nas proximidades de equipamentos de combate ao incêndio, minimizando, também, os riscos de acidentes através do pronto emprego dos equipamentos ideais para as variáveis de riscos existentes.

2.4. Os itens foram aglutinados em um único grupo, na medida em que são da mesma natureza e para minimizar o elevado número de procedimentos de contratação, onerando o trabalho da administração pública ao se optar por um certame com itens isolados.

2.5. No que tange à exigência de apresentação de certificado de credenciamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, como empresa de fabricação, instalação e comercialização de sistemas de prevenção contra incêndio e pânico, conforme Norma Técnica NT-019/04/99 do CBMDF, somente será exigida por ocasião da assinatura do instrumento contratual devido.

2.6. As placas deverão obedecer necessariamente às características e padrões mínimos exigidos pelo CBMDF e pela NBR 13434. As empresas participantes do certame deverão declarar que os materiais ofertados atendem integralmente os normativos citados. Por ocasião da assinatura de contrato da empresa declarada vencedora, será exigida a apresentação de laudos técnicos emitidos por instituições credenciadas dos materiais apresentados.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.7. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.9. Assim, na medida em que a presente demanda pode ser objetivamente definida, nas licitações públicas é regularmente utilizada (Código CARSERV 22159) por meio de Pregão eletrônico, e que não possui critérios complexos ou de elevada tecnicidade, enquadra-se como serviço comum de acordo com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.450/05.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.10. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.11. O tipo de serviço a ser executado bem como seu respectivo quantitativo, será demandado de acordo com as especificações constantes neste Termo de referência, que consiste em fornecimento e instalação de placas.

4.12. As placas fornecidas deverão indicar as informações de acordo com o que a CONTRATANTE fornecer a CONTRATADA, sob pena de recusa de recebimento.

4.13. A instalação das placas deverá ser realizada de segunda a sexta feira, das 08:00 às 19:00 horas, conforme orientação do CONTRATANTE.

4.14. Os serviços, objeto do presente Termo, serão executados nos seguintes locais:

4.14.1. Edifício Sede da Polícia Federal. Setor de Autarquias Sul Quadra 06 lotes 09/10. Brasília-DF. CEP: 70.037-900. (61) 2024-8113;

4.14.2. Divisão de Serviços Gerais. DINPE, CDO, SECAN/CANIL, SIMED, DAT e COT. Endereço SAIS AE 07, lote 23/27 – Setor Policial Sul Brasília/DF. CEP: 70.610-200. 61 2024-9256.

4.15. As placas serão distribuídas e instaladas de acordo com o quadro abaixo:

Edifício Sede Polícia Federal	
Placa Hidrante	40 unidades

DSG – Divisão de serviços Gerais	
- Placa de sinalização de subida	04 unidades
- Placa de sinalização de descida	04 unidades
- Placas de saída de emergência	20 unidades
- Placas de rota de fuga sentido direito	10 unidades
- Placas de rota de fuga sentido esquerdo	10 unidades
- Placas sinalização de extintores	30 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	14 unidades

COT – Centro de operações Táticas	
- Placas de saída de emergência	12 unidades
- Placas de rota de fuga sentido direito	08 unidades
- Placas de rota de fuga sentido esquerdo	08 unidades
- Placas sinalização de extintores	20 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	11 unidades

COT – Centro de operações Táticas (casa de tiro)	
- Placas de saída de emergência	10 unidades
- Placas de rota de fuga sentido direito	10 unidades
- Placas de rota de fuga sentido esquerdo	10 unidades
- Placas sinalização de extintores	40 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	30 unidades

SECAN - CANIL	
- Placas de saída de emergência	12 unidades
- Placas de rota de fuga sentido direito	05 unidades
- Placas de rota de fuga sentido esquerdo	05 unidades
- Placas sinalização de extintores	20 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	15 unidades

Arquivo Central	
- Placas de saída de emergência	12 unidades
- Placas de rota de fuga sentido direito	20 unidades
- Placas de rota de fuga sentido esquerdo	20 unidades
- Placas sinalização de extintores	25 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	18 unidades

Gráfica	
- Placas de saída de emergência	04 unidades
- Placas de rota de fuga sentido direito	05 unidades
- Placas de rota de fuga sentido esquerdo	05 unidades
- Placas sinalização de extintores	15 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	08 unidades

SETRAN	
- Placas de saída de emergência	04 unidades
- Placas de rota de fuga sentido direito	05 unidades
- Placas de rota de fuga sentido esquerdo	05 unidades
- Placas sinalização de extintores	10 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	05 unidades

Casa de Peças	
- Placas de saída de emergência	02 unidades
- Placas de rota de fuga sentido direito	02 unidades
- Placas de rota de fuga sentido esquerdo	02 unidades
- Placas sinalização de extintores	05 unidades

- Extintores de incêndio tipo ABC	02 unidades
-----------------------------------	-------------

Galpão de Carros	
- Placas sinalização de extintores	07 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	07 unidades

Serviços Médico	
- Placas de saída de emergência	05 unidades
- Placas de rota de fuga sentido direito	04 unidades
- Placas de rota de fuga sentido esquerdo	04 unidades
- Placas sinalização de extintores	10 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	04 unidades

Galpão de viaturas (Dois em cada lado)	
- Placas sinalização de extintores	06 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	06 unidades

Divisão Antiterrorismo	
- Placas de saída de emergência	24 unidades

- Placas de rota de fuga sentido direito	14 unidades
- Placas de rota de fuga sentido esquerdo	14 unidades
- Placas sinalização de extintores	40 unidades
- Extintores de incêndio tipo ABC	24 unidades

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.16. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.16.1. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de entrega ao CONTRATANTE;

5.16.2. A proposta comercial deve contemplar os valores totais por itens e do grupo em numerais e por extenso. Deverão estar inclusos, no valor total do serviço, as despesas referentes aos impostos, taxas, encargos sociais, mão de obra e outras despesas oriundas do fornecimento e instalação das placas.

5.16.3. A proposta deverá conter garantia expressa de no mínimo 90 dias, a partir da data da nota fiscal.

5.16.4. O valor total da proposta deverá observar o máximo do grupo, mas também o valor de cada item.

5.16.5. Os materiais deverão estar de acordo com o padrão NBR 13434 partes 1,2 e 3 e com as exigências do CBMDF. As dimensões das placas deverão obedecer no mínimo os seguintes dados: espessura mínima de 2 mm, altura mínima 134 mm para placas quadradas e altura mínima de 95 mm e largura mínima de 190 mm para as retangulares. Conforme Tabela 1 da NBR 13434, distância máxima de visibilidade 6.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.17. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.18. Os serviços deverão ser realizados em horários a serem acordados entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, preferencialmente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 19 horas, sendo solicitada por meio de formulário próprio, o qual será enviado via fax ou e-mail, excepcionalmente, poderá ser solicitada por telefone, tendo em vista a urgência do serviço, havendo posteriormente a confirmação por fac-símile ou e-mail.

6.19. A CONTRATADA poderá realizar, por meio de visita prévia, verificação nos locais onde serão instaladas a sinalização visual, devendo a visita ser agendada com o setor responsável pelo acompanhamento da instalação, de forma a verificar a complexidade e condições técnicas para a confecção das placas e instalação;

6.20. As placas deverão obedecer necessariamente às características e padrões mínimos exigidos pelo CBMDF e pela NBR 13434. Considera-se meio idôneo de comprovação a apresentação de laudos técnicos por instituições credenciadas dos materiais apresentados.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.21. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

7.22. A inspeção para recebimento de materiais será realizada pelo CONTRATANTE, no local de instalação do material, por processo visual e verificação de compatibilidade com as especificações técnicas requeridas.

7.23. O processo visual acima citado constituir-se-á de conferência da qualidade e verificação das condições dos materiais. Só serão empregados materiais de primeira qualidade, que satisfaçam às normas da NBR que lhes sejam aplicáveis e às especificações deste instrumento.

7.24. Todo material impugnado deverá ser imediatamente removido pela CONTRATADA, e a reposição deverá ser realizada dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.25. Todo material a ser utilizado no serviço deverá ser armazenado pela CONTRATADA

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.26. A execução dos serviços será iniciada em até 20 dias do recebimento da Ordem de serviço;

8.27. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.28. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.29. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.29.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.30. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DA VISTORIA

9.31. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00horas às17h30horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2024-8113. O licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

9.32. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.33. Recomenda-se às empresas interessadas em participar desta licitação, que seja realizada uma rigorosa Vistoria Técnica nos locais em que os serviços serão executados, examinando particularmente todos os detalhes, tomando ciência das características dos locais, eventuais dificuldades para a sua execução, e demais informações necessárias à elaboração da proposta, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data da realização da licitação.

9.34. A realização da vistoria não será fator para desclassificação da empresa licitante. Entretanto, a empresa que decidir não realizar a vistoria e eventualmente, subestimar sua proposta estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes destes fatos.

10. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

10.35. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento dos produtos, observando, no que for cabível, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

10.36. A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento do produto e/ou embalagem devolvidos quando o CONTRATANTE comunicar a devolução, para fins de destinação final ambiental adequada, a cargo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

10.37. Os produtos fornecidos e suas embalagens deverão ser preferencialmente fabricados com materiais que possam ser reciclados.

10.38. Observar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental, a fim de proporcionar a economia da manutenção da edificação:

10.38.7. Destinação para reciclagem, quando possível, do material descartado.

10.38.8. Utilização consciente dos recursos, de forma a obter o resultado necessário da forma mais eficiente possível.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.39. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.40. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.41. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.42. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.43. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.44. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.45. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.46. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

12.47. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.48. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.49. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

- 12.50. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 12.51. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.52. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.53. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.54. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.55. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.56. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.57. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.58. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.59. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.60. A execução do presente objeto correrá em conformidade com o orçamento Geral da União e será custeado através de recursos das seguintes Dotações Orçamentárias: 13.32 – Ministério da Justiça – DPF UG: 200.334. Gestão:0001; Evento:401081; PTRES: 090123; Plano Interno PF9990AG16; Natureza da Despesa 3390.39. Valor Estimado: 51.521,73.

13.61. Em cumprimento ao disposto no Art. 16 da LC nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, esclarecemos que a despesa relativa ao objeto em questão tem adequação orçamentária e financeira, de acordo com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

14. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.62. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.63. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

16.64. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a

assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.65. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.66. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.67. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

16.68. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.69. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.70. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.71. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.72. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.73. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

16.74. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.75. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.75.9. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.75.10. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.75.11. Fraudar na execução do contrato;

17.75.12. Comportar-se de modo inidôneo;

17.75.13. Cometer fraude fiscal;

17.75.14. Não mantiver a proposta.

17.76. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.76.15. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.76.16. Multa moratória de 0,1 % (Hum décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.76.16.1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

17.76.16.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.76.17. Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.76.17.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.76.18. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.76.19. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.76.20. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.77. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.77.21. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.77.22. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.77.23. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.78. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.79. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

17.80. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília DF, 14 de julho de 2016.

HUGO DE OLIVEIRA ARRUDA

Agente Administrativo

Matrícula 12.589

De acordo com o presente Termo de Referência.

Em ____/____/____

FRANCISCO DAMASCENO MARTINS

Agente Administrativo

Matrícula 11.819

Chefe do DMAT/COAD/DLOG/DPF - Substituto

Aprovo o presente Termo de Referência

Em / /

OMAR GABRIEL HAJ MUSSI

Delegado de Polícia Federal



Diretor de Administração e Logística Policial

ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA – VALORES MÁXIMOS

Item	Especificação	Quantitativo	Valor máximo Unitário	Valor Máximo total
01	Confecção e instalação de Placa de sinalização de subida em acrílico cristal espessura mínima de 2 mm, com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	04	R\$ 75,27	R\$ 301,07
02	Confecção e instalação de Placa de sinalização de descida, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm, com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	04	R\$ 75,27	R\$ 301,07
03	Confecção e instalação de Placas de saída de emergência, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm, com vinil	105	R\$ 96,10	R\$ 10.090,50

	fotoluminescente fixação com fita dupla face.			
04	Confecção e instalação de Placas de rota de fuga sentido direito, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm, com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	83	R\$ 66,10	R\$ 5.486,30
05	Confecção e instalação de Placas de rota de fuga sentido esquerdo, em acrílico cristal espessura mínima de 2 mm com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	83	R\$ 66,10	R\$ 5.486,30
06	Confecção e instalação de Placas de sinalização de extintores, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	221	R\$ 66,50	R\$ 14.696,50
07	Confecção e instalação de Extintores de incêndio tipo ABC, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	150	R\$ 83,33	R\$ 12.500,00
08	Confecção e instalação de Placa Hidrante, em acrílico cristal, espessura mínima de 2 mm com vinil fotoluminescente fixação com fita dupla face.	40	R\$ 66,50	R\$ 2.660,00
Valor total				R\$ 51.521,73

ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Especificação	Quantitativo	
01	Placa de sinalização de subida	04	
02	Placa de sinalização de descida	04	

03	Placas de saída de emergência	105	
04	Placas de rota de fuga sentido direito	83	
05	Placas de rota de fuga sentido esquerdo	83	
06	Placas de sinalização de extintores	221	
07	Extintores de incêndio tipo ABC	150	
08	Placa Hidrante	40	

Observação: Os materiais deverão estar de acordo com o padrão NBR 13434 partes 1,2 e 3 e com as exigências do CBMDF. As dimensões das placas deverão obedecer no mínimo os seguintes dados: espessura mínima de 2 mm, altura mínima 134 mm para placas quadradas e altura mínima de 95 mm e largura de 190 mm para as retangulares. Conforme Tabela 1 da NBR 13434, distância máxima de visibilidade 6.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE OLIVEIRA ARRUDA, Agente Administrativo**, em 03/08/2016, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DAMASCENO MARTINS, Chefe de Setor**, em 03/08/2016, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **OMAR GABRIEL HAJ MUSSI, Ordenador de Despesa**, em 03/08/2016, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 1241619



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0005000** e o código CRC **D9E75826**.

Referência: Processo nº 08200.002518/2014-47

SEI nº 0005000